

NORMAS DE SELEÇÃO, CONCESSÃO, RENOVAÇÃO, E CANCELAMENTO DE BOLSAS DE PESQUISA

Este documento apresenta os critérios para seleção, concessão, renovação e cancelamento de bolsas de pesquisa destinadas às/aos discentes regulares dos cursos de Mestrado e de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes). As normas encontram-se em consonância com o regulamento interno do PPGDS/Unimontes, aprovado pela resolução CEPEX/Unimontes nº. 186 em 06 de dezembro de 2022.

1. Da Comissão de Pós-Graduação

A Comissão de Pós-Graduação é a instância para deliberação e fiscalização sobre seleção, concessão, renovação e cancelamento de bolsas no âmbito do PPGDS. A Comissão deve ser composta por quatro docentes do quadro permanente do PPGDS, além de uma/um representante discente. Compete à Comissão de Pós-Graduação:

- 1.1.** Gerenciar a seleção, concessão, renovação e cancelamento das bolsas de pesquisa das/dos discentes de Mestrado e de Doutorado.
- 1.2.** Definir e dar publicidade ao número de bolsas, dentre as disponíveis, a serem distribuídas a cada turma de Mestrado e de Doutorado em curso.
- 1.3.** Elaborar e divulgar o edital de bolsas para as/os discentes regulares.
- 1.4.** Gerenciar a seleção das/dos candidatas/candidatos à bolsa mediante critérios deste regulamento e da agência de fomento responsável pelo financiamento.
- 1.5.** Fiscalizar o cumprimento deste regulamento no âmbito do PPGDS.
- 1.6.** Acompanhar, juntamente com a/o orientadora/orientador e com a secretaria do

PPGDS, o desempenho acadêmico da/do bolsista e a sua inserção nas diversas atividades do Programa.

2. Critérios para concessão das bolsas

2.1. Inscrição da/do candidata/candidato ao processo de seleção, conforme o respectivo edital.

2.2. A/O candidata/candidato deverá ser discente regular no curso de Mestrado ou de Doutorado do PPGDS.

2.3. A/O candidata/candidato deve estar em dia com a Secretaria Geral e com a Secretaria do PPGDS.

2.4. As bolsas de estudo poderão ser concedidas às/aos discentes das turmas de Mestrado e Doutorado, tendo como princípio básico para sua concessão a vulnerabilidade social, respeitando a seguinte ordem de prioridades:

2.4.1. Discentes ingressantes via reserva de vagas (cotas) que não exerçam atividade remunerada e que não possuam vínculo empregatício ou outros rendimentos no ato da inscrição para o respectivo edital de bolsa;

2.4.2. Discentes ingressantes via sistema de ampla concorrência com cadastros atualizados no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, sendo beneficiários, que não exerçam atividade remunerada e que não possuam vínculo empregatício ou outros rendimentos no ato da inscrição para o respectivo edital de bolsa;

2.4.3. Discentes ingressantes via sistema de ampla concorrência que não exerçam atividade remunerada e que não possuam vínculo empregatício ou outros rendimentos no ato da inscrição para o respectivo edital de bolsa;

2.4.4. Discentes ingressantes via reserva de vagas (cotas) que exerçam atividade remunerada ou que possuam vínculo empregatício ou outros rendimentos no ato da inscrição para o respectivo edital de bolsa;

2.4.5. Discentes ingressantes via sistema de ampla concorrência com cadastros atualizados no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, sendo beneficiários, que exerçam atividade remunerada ou que possuam vínculo empregatício ou outros rendimentos no ato da inscrição para o respectivo edital de bolsa;

2.4.6. Discentes ingressantes via sistema ampla concorrência que exerçam atividade remunerada, ou que possuam vínculo empregatício ou outros rendimentos no ato da inscrição para o respectivo edital de bolsa.

Parágrafo único: A classificação das/os candidatas/os será realizada em cada uma das categorias indicadas nos subitens 2.4.1 a 2.4.6, considerando esta ordem de prioridade, bem como a ordem decrescente do ano de ingresso das/os candidatas/os no PPGDS.

2.5. Obedecidas as prioridades previstas no item 2.4, seus subitens e parágrafo único, são critérios de desempate:

2.5.1. Melhor classificação no processo seletivo para ingresso no curso de Mestrado ou de Doutorado;

2.5.2. Idade mais avançada.

2.8. O acúmulo de bolsas de Mestrado ou de Doutorado com atividade remunerada, ou vínculo empregatício ou outros rendimentos, somente poderá ocorrer desde que a/o candidata/candidato obedeça às normatizações vigentes da agência de fomento responsável pelo pagamento do benefício.

2.9. Ao considerar a Portaria Capes nº 133, de 10 de julho de 2023, que regulamenta o acúmulo de bolsas de Mestrado e Doutorado concedidas pela CAPES no país, com atividade remunerada ou outros rendimentos, estabelece-se:

2.9.1. No acúmulo de bolsa CAPES com atividade remunerada ou outros rendimentos, a/o bolsista deve preencher e assinar autodeclaração sobre atividades remuneradas no início da vigência da bolsa. Caso haja mudança de situação, nova declaração deverá ser encaminhada para avaliação da Comissão de Pós-Graduação;

2.9.2. A/o bolsista e sua/seu orientadora/or devem preencher e assinar declaração de cumprimento de carga horária mínima estabelecida pela/o orientadora/or, respeitando a carga horária mínima exigida pelo PPGDS que será de 20 horas semanais.

3. Duração das bolsas

3.1. As bolsas serão concedidas por, no máximo, 24 meses para discentes do Mestrado, a contar da data da matrícula no PPGDS.

3.2. As bolsas serão concedidas por, no máximo, 48 meses para discentes do Doutorado,

a contar da data da matrícula no PPGDS.

3.3. Para delimitação da vigência da bolsa também serão consideradas as parcelas recebidas anteriormente pela/pelo bolsista, advindas de outro programa de bolsa e demais agências financiadoras para o mesmo nível de curso, assim como o período do estágio no exterior subsidiado por qualquer agência ou organismo nacional ou estrangeiro.

3.4. O PPGDS poderá suspender ou retirar a bolsa da/do mestranda/mestrando ou da/do doutoranda/doutorando que não estiver desenvolvendo as atividades de acordo com as exigências da agência de fomento concessora do benefício e de acordo com os itens 4 e seus subitens deste regulamento.

4. Das obrigações das/dos bolsistas

4.1. Estar ciente das normas vigentes e dos prazos da agência de fomento responsável pela atribuição de sua bolsa, bem como das normas vigentes constantes no regulamento interno do PPGDS.

4.2. Manter desempenho acadêmico satisfatório e não ser reprovada/reprovado em nenhuma disciplina no curso em que estiver vinculada/vinculado (Mestrado ou Doutorado).

4.3. Cursar a disciplina “Trabalho docente: teoria e prática” e realizar “Estágio Docente”, conforme Normas de Estágio Docente do PPGDS;

4.3.1. A eventual dispensa da obrigação previstas no item 4.3 será concedida apenas mediante as possibilidades estabelecidas pelas Normas de Estágio Docente do PPGDS e/ou pelas normatizações vigentes da agência de fomento responsável pelo pagamento da bolsa.

4.4. Entregar relatório semestral de suas atividades realizadas no período de vigência de sua bolsa, bem como relatório anual, para fins de lançamento na plataforma Sucupira vinculada ao PPGDS;

4.4.1. Os modelos para produção de relatórios estarão disponíveis no site do PPGDS;

4.4.2. Os relatórios devem ser enviados em arquivo PDF para o e-mail ppgds@unimontes.br com cópia para bolsistasppgds@gmail.com. O título da

mensagem deverá ser, obrigatoriamente, “Relatório (indicar se é semestral ou anual) de bolsa – NOME DA/DO BOLSISTA”;

4.4.3. Os prazos para entrega dos relatórios devem ser fixados pela Comissão de Pós-Graduação e divulgados via e-mail para todas/todos as/os bolsistas.

4.5. Manter seu currículo Lattes regularmente atualizado.

4.6. Comunicar imediatamente à Comissão caso passe a exercer alguma atividade remunerada e/ou possuir vínculo empregatício ou outros rendimentos durante a concessão da bolsa.

4.7. Contribuir com ao menos uma frente de realização de tarefas coletivas em prol do PPGDS, conforme requisitos previstos na Instrução Normativa do Programa para este fim.

4.8. Participar dos eventos promovidos pelo PPGDS bem como atender as convocações para reuniões com a Coordenação do Programa.

4.9. Caberá à Coordenação do PPGDS repassar informações à Comissão acerca da frequência da/do bolsista nas atividades do Programa.

4.10. Participar e apresentar trabalhos derivados de sua pesquisa em eventos acadêmicos a partir do recebimento da bolsa, bem como publicar em periódicos científicos, conforme requisitos previstos na Instrução Normativa do PPGDS relativa às publicações obrigatórias para discentes de Mestrado e Doutorado do Programa;

4.10.1. Serão considerados como produção acadêmica artigos publicados em periódicos científicos, avaliados com critérios Qualis CAPES, bem como livros, organização de coletâneas e capítulos de livro;

4.10.2. A cópia da produção bibliográfica e os certificados/declarações de participação e/ou apresentação em eventos deverão ser enviadas em arquivos digitais para a Comissão juntamente com relatório da/do bolsista;

4.10.3. A/O bolsista deverá agradecer a agência de fomento e o PPGDS/Unimontes em todas as publicações derivadas da pesquisa financiada.

5. Renovação, suspensão e cancelamento da bolsa

5.1. A bolsa será renovada semestralmente após a aprovação, por parte da Comissão,

do relatório entregue pela/o bolsista.

5.2. A bolsa poderá ser suspensa temporariamente apenas nos casos previstos pela agência de fomento responsável pelo pagamento de bolsa.

5.3. A/O bolsista poderá ter a sua bolsa cancelada pela Comissão em caso de não cumprimento de suas obrigações;

5.3.1. Terá bolsa cancelada a/o bolsista que for reprovada/reprovado em alguma disciplina dentre as necessárias para integralização de créditos em nível de Mestrado ou de Doutorado.

5.4. A bolsa poderá ser cancelada pela agência financiadora, nos casos previstos pelas próprias agências e por este regulamento.

5.5. A não conclusão do curso acarretará à/ao ex-bolsista a obrigação de restituir os valores despendidos e corrigidos com o benefício para a agência de fomento responsável pelo pagamento de sua bolsa, salvo exceções previstas pelas normatizações vigentes pela agência de fomento correspondente.

6. Dos recursos

6.1. Em caso de cancelamento de bolsa em razão do não cumprimento das obrigações previstas no item 4 e seus respectivos subitens, a/o discente poderá entrar com recurso, com justificativa fundamentada, que será analisado pelo Colegiado do Programa.

7. Disposições gerais

7.1. Quaisquer aspectos omissos nestas normas serão submetidos à apreciação da Comissão de Pós-Graduação e do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes).

7.2. Estas normas foram apreciadas e aprovadas na reunião de Colegiado do PPGDS/Unimontes realizada em 04/03/2024, entram em vigor a partir de tal data, e revogam as disposições em contrário.

Montes Claros-MG, 04 de março de 2024

Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado

Coordenador do PPGDS/Unimontes